

Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Gestão e Governo Digital Divisão de Licitações

EDITAL

№ do Processo: 018.00001190/2025-96

Interessado: Subsecretaria de Patrimônio do Estado, Coordenadoria de Desmobilização de

Ativos Imobiliários

Assunto: Republicação Leilão de Imóveis nº 004/2024

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 004/2024

(Processo Administrativo SEI n° 018.00001190/2025-96)

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: **Dia 20/02/2025 às 9h00** (horário de Brasília) LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA (sítio eletrônico): <u>www.sodresantoro.com.br</u>

Torna-se público que o Estado de São Paulo, da Secretaria de Gestão e Governo Digital, inscrita no CNPJ sob o nº 39.467.292/0001-02, sediada Avenida Rangel Pestana, nº 300, 14º e 16º andares, Sé, São Paulo/SP, doravante referida como "Unidade Contratante", realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I deste Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontra, sob a responsabilidade do Leiloeiro Oficial MOACIR DE SANTI, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.189.858-23, leiloeiro oficial matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 315, conforme contrato SGGD nº 011/2024 (documento SEI 004010477) de prestação de serviços que constitui o documento SEI nº 018.00019824/2024-86.

Esta licitação será regida pela <u>Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021</u>, pelo <u>Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932</u>, pelo <u>Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024</u>, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

O Edital poderá ser consultado pelos interessados nos sítios eletrônicos, <u>www.sodresantoro.com.br</u>, Diário Oficial e <u>Leilões (sggd.sp.gov.br)</u> (sggd/transparência/editais/leilões) ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

O leilão eletrônico será realizado mediante cadastramento prévio dos interessados no sistema indicado no sítio eletrônico <u>www.sodresantoro.com.br</u> a partir das 9h00 (nove) horas do dia 20 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 20 de fevereiro de 2025.

- 1.1. Constitui objeto do presente leilão a alienação dos imóveis descritos e caracterizados no Anexo I deste Edital.
 - 1.1.1. Os imóveis serão vendidos "ad corpus", nas condições, no estado material e na situação jurídica em que se encontram, com as respectivas descrições constantes no Anexo I deste Edital.
 - 1.1.2. As providências judiciais e/ou extrajudiciais que se façam necessárias para a imissão do adquirente na posse, bem como quaisquer regularizações, especialmente registros e levantamento de eventuais ônus que recaiam sobre o imóvel, serão de responsabilidade exclusiva do adquirente.
- 1.2. A documentação de cada imóvel está à disposição dos interessados na sede da Unidade Contratante, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.
- 1.3. O imóvel especificado no Anexo I deste Edital poderá ser visitado pelos interessados mediante prévio agendamento.
 - 1.3.1. A visita de que trata a subdivisão acima não é obrigatória para fins de participação nesta licitação.
 - 1.3.2. A partir da publicação deste Edital e até o 5º (quinto) dia anterior à data da sessão pública, os interessados em visitar os imóveis deverão enviar e-mail para <u>af@sodresantoro.com.br</u>, manifestando o interesse, especificando a qual(is) imóvel(is) se refere, e indicando o nome, documento de identidade e telefone de quem comparecerá na visita.
 - 1.3.3. Serão disponibilizados datas e horário para a visita aos interessados que manifestarem interesse nos termos da subdivisão acima. O agendamento deverá ser rigorosamente observado, uma vez que sua renovação dependerá de novo pedido e de disponibilidade de horário.
 - 1.3.4. A visita tem como objetivo permitir aos interessados verificarem localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, inclusive no que concerne a quaisquer vícios que o imóvel possa ter, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita.
 - 1.3.5. A não realização da visita em razão da impossibilidade de o interessado comparecer nos dias e horários agendados, ou em virtude de qualquer outro motivo, não acarretará nenhum prejuízo à realização da licitação.

2. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1. O valor mínimo de aquisição exigido para cada imóvel ou lote de imóveis (conforme o critério de adjudicação definido no item 1.2) está fixado no Anexo I deste Edital, em conformidade com laudo de avaliação que instrui o processo indicado no mesmo Anexo.
 - 2.1.1. Poderá o licitante vencedor optar pelo pagamento à vista ou parcelado, na forma definida nos itens 2.2 e 2.3 deste Edital.
- 2.2. Em ambas as opções de pagamento (à vista ou parcelado), o licitante vencedor deverá efetuar o pagamento de sinal correspondente ao percentual fixado no Anexo I deste Edital incidente sobre o valor da oferta vencedora.
 - 2.2.1. Após o exaurimento da fase recursal, na etapa de que trata o item 5.7.2 deste Edital, o licitante vencedor será convocado para efetuar o pagamento do sinal em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de sua convocação.
- 2.3. O licitante vencedor poderá optar pelo pagamento à vista ou parcelado do saldo remanescente do preço da oferta vencedora, devendo apresentar, na etapa de que trata o item 5.7.1 deste Edital, declaração elaborada de acordo com o modelo do Anexo III.1 ou do Anexo III.2, conforme a opção exercida.
 - 2.3.1. O pagamento à vista do saldo remanescente do preço da oferta vencedora será feito em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data prevista para o pagamento do sinal, ressalvada a hipótese prevista no item 2.3.1.3 deste Edital, independentemente da lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra.
 - 2.3.1.1. É admitido o pagamento à vista mediante alienação fiduciária da propriedade, hipótese em que os interessados deverão dirigir-se ao agente financeiro de sua escolha para inteirarem-se das condições e providências necessárias, antes da apresentação de proposta nesta licitação.
 - 2.3.1.2. Feita a opção pelo pagamento à vista mediante alienação fiduciária, será exigido do licitante vencedor o pagamento de sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do valor ofertado vencedor, ainda que outro tenha sido o percentual exigido a título de sinal no Anexo I, observado o quanto estabelecido no item 2.2.1, ambos deste Edital.

- 2.3.1.3. No prazo de até 60 (sessenta) dias contados da publicação da homologação do certame, o licitante vencedor deverá informar à Unidade Contratante se houve a celebração de contrato de alienação fiduciária com a instituição financeira de sua preferência. Em caso positivo, o contrato e a escritura de venda e compra deverão ser averbados no Cartório de Registro de Imóveis no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da informação à Unidade Contratante, e o saldo remanescente do preço da oferta vencedora deverá ser pago no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da averbação no registro. Em caso negativo, deverá o licitante vencedor informar a forma pela qual pretende efetuar o pagamento e, sendo feita opção pelo pagamento parcelado, deverá indicar o número de parcelas, observado o limite máximo estabelecido no Anexo I deste Edital para o objeto que lhe foi adjudicado.
- 2.3.1.4. Na hipótese prevista no item 2.3.1.1 deste Edital, o licitante vencedor estará obrigado ao pagamento integral à vista do preço da oferta vencedora para o objeto que lhe foi adjudicado, independentemente do valor do crédito liberado pela instituição financeira.
- 2.3.1.5. O não pagamento do saldo remanescente do preço da oferta vencedora no prazo estipulado no item 2.3.1.3 enseja a retomada do imóvel, conforme excerto de cláusula prevista na escritura de venda e compra.
- 2.3.1.6. Caso não seja celebrado o contrato de alienação fiduciária com instituição financeira, a respectiva falta de informação pelo licitante vencedor da forma pela qual o pagamento será efetuado enseja a perda do sinal, bem como o retorno do objeto adjudicado em novo certame.
- 2.3.2. O pagamento parcelado do saldo remanescente do preço da oferta vencedora deverá ser feito com observância do número máximo de parcelas mensais e consecutivas indicado no Anexo I deste Edital, fixado para cada item ou lote de imóveis (conforme o critério de adjudicação definido no item 1.2).
 - 2.3.2.1. As parcelas mensais e consecutivas de que trata o item 2.3.2 deste Edital serão contadas a partir da data prevista para pagamento do sinal, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano, calculados pela Tabela Price, e correção monetária anual incidente sobre o saldo devedor, considerando a variação acumulada dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de reajuste, calculada com base na variação do IPC-FIPE, ou na sua eventual extinção, outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado.
 - 2.3.2.2. A obrigação do pagamento das parcelas independe da lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca.
- 2.4. Excetuada a comissão devida ao Leiloeiro Oficial (caso seja definida comissão a Leiloeiro Oficial no item 2.7), todos os pagamentos previstos no presente leilão serão realizados mediante depósito bancário no Banco do Brasil S/A, Agência nº 1897-X, Conta Corrente nº 20996-1, em nome da Secretaria de Gestão e Governo Digital, CNPJ nº 39.467.292/0001-02, ou mediante pagamento de boleto bancário a ser emitido pelo Banco do Brasil S/A ou seu sucessor.
 - 2.4.1. Cópia da guia de depósito deverá ser enviada à Unidade Contratante por correio eletrônico ou entregue no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, no prazo de 1 (um) dia útil após o respectivo vencimento.
 - 2.4.2. Os pagamentos serão recebidos provisoriamente em até 1 (um) dia útil contado da data do recebimento da cópia da guia de depósito.
 - 2.4.3. Do termo de recebimento provisório deverá constar a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do servidor da Unidade Contratante responsável pelo recebimento.
 - 2.4.4. Constatadas irregularidades no depósito, a Unidade Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
 - 2.4.5. O recebimento definitivo dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado que o(s) pagamento(s) está(ão) correto(s) à luz das condições previstas neste Edital, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável, observadas as mesmas condições previstas pelo item 2.4.3.
 - 2.4.6. No caso de pagamento mediante boleto bancário, não se aplicam os itens 2.4.1 a 2.4.5 deste Edital.
- 2.5. A qualquer tempo poderá o comprador efetuar a liquidação antecipada do saldo devedor, que será calculado aplicando-se a correção monetária e juros que couberem até a data do pagamento, excluindo-se os juros que integram as parcelas vincendas.
 - 2.5.1. O pagamento antecipado do saldo devedor também poderá ser realizado mediante alienação fiduciária da propriedade, hipótese em que o comprador deverá dirigir-se ao agente financeiro de sua escolha para inteirar-se das condições e providências necessárias.

- 2.5.2. Feita a opção pela liquidação antecipada do saldo devedor mediante alienação fiduciária, o comprador deverá averbar o contrato de alienação fiduciária e a escritura de venda e compra no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da informação à Unidade Contratante de que pretende efetivar a medida, e proceder ao pagamento dos valores do saldo devedor em até 05 (cinco) dias úteis da averbação no registro do imóvel.
- 2.6. A verificação e respectiva quitação dos pagamentos, inclusive quanto a eventual pagamento de parcelamento antecipado, caberão à Unidade Contratante.
- 2.7. Após a arrematação e por ocasião da convocação de que trata o item 5.7, e independentemente da opção pelo pagamento à vista ou em parcelas (itens 2.2 e 2.3), o arrematante pagará ao Leiloeiro Oficial comissão correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da venda de cada imóvel arrematado.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do certame todos os interessados que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.
- 3.2. O licitante interessado em participar deste leilão deverá se cadastrar previamente no sistema indicado no sítio eletrônico especificado no preâmbulo deste Edital, no prazo indicado na mesma disposição deste instrumento convocatório.
 - 3.2.1. O cadastramento de que trata o item 3.1 será gratuito, destina-se à obtenção de login e senha para acesso ao sistema, e não constitui registro cadastral prévio.
 - 3.2.2. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua desconexão.
- 3.3. É lícita a apresentação de proposta por duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas, reunidas em grupo.
 - 3.3.1. A proposta deverá ser subscrita por um dos proponentes na qualidade de procurador dos demais, e, na etapa de que trata o item 5.7.1 deste Edital, deverá ser especificada na procuração a ser apresentada a parte ideal que cada membro do grupo terá no imóvel ou lote de imóveis (conforme o critério de adjudicação definido no item 1.2). Não havendo parte ideal especificada na etapa acima referida, constará da Escritura Pública de Venda e Compra, ou da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca, que o imóvel ou lote de imóveis (conforme o critério de adjudicação definido no item 1.2) pertence a todos os condôminos em partes iguais.
 - 3.3.2. A procuração, a ser apresentada na etapa de que trata o item 5.7.1 deste Edital, deverá especificar a solidariedade entre os proponentes no pagamento do valor integral do preço, conter poderes especiais para representá-los na compra do imóvel ou lote de imóveis (conforme o critério de adjudicação definido no item 1.2) por meio da presente licitação, para subscrever a proposta em nome de todos, receber intimações e notificações, além de citações judiciais, bem como renunciar à interposição de recursos, conforme o modelo constante do Anexo VI.2 do presente Edital.
 - 3.3.3. A pessoa física e/ou jurídica que participe desta licitação reunida em grupo não poderá participar de mais de um grupo ou de forma isolada.

4. SESSÃO PÚBLICA, JULGAMENTO E RESULTADO

- 4.1. O licitante interessado em participar deste leilão encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
 - 4.1.1. A proposta inicial permanecerá fechada até a data e hora designadas para abertura da sessão pública.
 - 4.1.2. O licitante declarará em campo próprio do sistema:
 - 4.1.2.1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;
 - 4.1.2.2. o pleno conhecimento e a aceitação dos termos deste Edital;
 - 4.1.2.3. a sua responsabilidade pelas transações que forem efetuadas naquele sistema, diretamente ou por intermédio de seu representante, reconhecidas como firmes e verdadeiras.
- 4.2. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final máximo quando do registro da proposta.
 - 4.2.1. O valor final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance anteriormente registrado por ele no sistema.

- 4.2.2. O valor máximo parametrizado na forma da subdivisão anterior possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.3. Na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema, para envio de lances públicos e sucessivos, por período de 06 (seis) horas
- 4.4. Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema.
 - 4.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação a lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do imóvel.
- 4.5. O licitante somente poderá oferecer valor superior ao seu último lance registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, caso seja exigido em disposição do item 4 deste Edital.
- 4.6. Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante ofertante.
- 4.7. O licitante será imediatamente informado, pelo sistema, do recebimento de seu lance.
- 4.8. Encerrada a etapa de envio de lances, o leiloeiro oficial ou o servidor designado (conforme definido no preâmbulo deste Edital) verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor o licitante que tiver ofertado o maior lance, observado o preço mínimo de alienação.
 - 4.8.1. Após a publicação do resultado do julgamento e anteriormente à indicação do licitante vencedor a que se refere a subdivisão acima deste Edital, será concedida oportunidade de exercício de direito de preferência a licitante que, submetendo-se a todas as regras deste Edital, comprove a ocupação de boa-fé do bem, nos termos do art. 77 da *Lei nº* 14.133, de 2021.
 - 4.8.1.1. No momento de que trata a subdivisão acima, caso não tenha ofertado o maior lance, o ocupante de boa-fé do imóvel será convocado, por meio do sistema, para se for de seu interesse, exercer o direito de preferência a que alude referida subdivisão, mediante apresentação de nova proposta de preço, igual e nas mesmas condições do maior lance ofertado, observado o preço mínimo de alienação.
 - 4.8.1.2. Cumpridas as condições estabelecidas na subdivisão acima, o ocupante de boa-fé do imóvel será considerado arrematante.
 - 4.8.1.3. A ausência de manifestação do licitante no prazo estabelecido implicará na preclusão do direito de preferência a que se refere o art. 77 da *Lei nº 14.133, de 2021*.
- 4.9. Definido o resultado do julgamento, quando a melhor proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado para arrematação, o leiloeiro oficial ou o servidor designado (conforme definido no preâmbulo deste Edital) poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema.
 - 4.9.1. Concluída a negociação de que trata a subdivisão acima, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.
 - 4.9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado para arrematação.

5. RECURSOS, PAGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 5.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 5.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.
- 5.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 5.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 5.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação dos atos que não puderem ser aproveitados.

- 5.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: licitações.sgc@sp.gov.br.
- 5.7. Em 05 (cinco) dias após o exaurimento da fase recursal, o licitante vencedor será convocado para:
 - 5.7.1. apresentar os seguintes documentos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de sua convocação:
 - 5.7.1.1. em se tratando de pessoa física, em relação ao proponente ou, no caso de participação em grupo (item 3.3), em relação a todos os proponentes:
 - a) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
 - b) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - 5.7.1.2. em se tratando de pessoa jurídica ou empresário individual, em relação ao proponente ou, no caso de participação em grupo (item 3.3), em relação a todos os proponentes (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):
 - a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - b) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de empresário individual;
 - c) inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, em se tratando de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal, sociedade cooperativa ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI;
 - d) portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme <u>Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020</u>, em se tratando de sociedade empresária estrangeira;
 - e) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, em se tratando de sociedade simples;
 - f) inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, em se tratando de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária;
 - g) ato de autorização, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional:
 - i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo <u>Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;</u>
 - 5.7.1.3. declaração elaborada de acordo com o modelo do Anexo III.1 ou do Anexo III.2, conforme a opção exercida pelo pagamento à vista ou parcelado do saldo remanescente do preço da oferta vencedora, respectivamente;
 - 5.7.1.4. instrumento de procuração, em caso de participação do licitante por intermédio de representante nomeado mediante procuração, conforme o modelo constante do Anexo VI.1 deste Edital.
 - 5.7.1.5. instrumento de procuração, contendo os elementos do item 3.3, em caso de participação em grupo, conforme o modelo constante do Anexo VI.2 deste Edital:

- 5.7.1.6. termo de ciência das condições físicas e jurídicas do imóvel, conforme o modelo constante do Anexo VII deste Edital.
- 5.7.2. efetuar o pagamento do sinal em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de sua convocação;
- 5.7.3. efetuar o pagamento da comissão ao Leiloeiro Oficial definida no item 2.7 deste Edital, seja a venda do imóvel procedida à vista ou parceladamente, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de sua convocação (caso seja definida comissão a Leiloeiro Oficial no item 2.7).
- 5.8. Na etapa de que trata o item 5.7, serão consultados os seguintes cadastros informativos oficiais, para verificação de eventual descumprimento das condições para contratação estabelecidas pela legislação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça:
 - a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores Sicaf;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);
 - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);
 - f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx); e
 - g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).
 - 5.8.1. A consulta ao cadastro especificado na alínea "d" da subdivisão acima será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da <u>Lei n° 8.429, de 1992,</u>
- 5.9. Caso tenha sido definido no preâmbulo deste Edital a realização desta licitação sob a responsabilidade de Leiloeiro Oficial, este deverá realizar sua prestação de contas à Unidade Contratante conforme a disciplina do contrato de prestação de serviços especificado na mesma disposição deste instrumento convocatório.
- 5.10. Exaurida a fase recursal, caso sejam atendidos os requisitos do item 5.7, e não se verifique descumprimento das condições para a contratação (item 5.8), o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado o disposto no artigo 71 da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, assim que:
 - 5.10.1. efetivado o pagamento a vista do saldo remanescente no prazo do item 2.3.1 deste Edital, caso o licitante vencedor tenha escolhido a opção de pagamento a vista sem alienação fiduciária da propriedade;
 - 5.10.2. atendidos os requisitos do item 5.7, e efetuada a verificação do item 5.8, caso o licitante vencedor tenha escolhido a opção de pagamento a vista mediante alienação fiduciária da propriedade ou de pagamento parcelado.

6. FORMALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO DO IMÓVEL

- 6.1. Optando o licitante vencedor pelo pagamento à vista, a alienação do imóvel objeto desta licitação será formalizada mediante a lavratura de Escritura Pública de Venda e Compra, nos termos da minuta que integra o presente Edital como Anexo IV, em até 60 (sessenta) dias corridos contados da data do pagamento integral do preço, salvo motivo de força maior, e ressalvada a hipótese de pagamento a vista mediante alienação fiduciária, prevista nos itens 2.3.1.1 a 2.3.1.4 deste Edital.
- 6.2. Caso o licitante vencedor tenha optado pelo pagamento parcelado, nos termos do item 2.3 deste Edital, a alienação do imóvel objeto desta licitação será formalizada mediante a lavratura de Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca, nos termos do modelo constante do Anexo V.
 - 6.2.1. O documento deve ser firmado no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data prevista para pagamento do sinal, sem prejuízo do pagamento das parcelas mensais.
 - 6.2.2. A não formalização da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca no prazo fixado no item 6.2.1 implicará em desistência da aquisição, com perda do valor pago a título de sinal em favor da Unidade Contratante, salvo motivo justificado a ser analisado pelo vendedor.

- 6.2.2.1. Na hipótese de retenção do sinal a que alude o item 6.2.2, o remanescente do montante pago pelo arrematante será restituído ao interessado descontando-se o sinal e sem incidência de juros ou de correção monetária, na forma indicada pela Unidade Contratante.
- 6.2.2.2. A restituição do remanescente fica condicionada à devolução do imóvel, pelo arrematante ou por terceiro por este autorizado a estar na posse do imóvel, nas mesmas condições em que foi licitado.
- 6.3. Os instrumentos referidos nos itens 6.1 e 6.2 serão firmados com o licitante cujo nome constar da proposta vencedora, não sendo admitida, em hipótese alguma, sua substituição. Se a proposta vencedora for apresentada por participantes em grupo, nos termos do item 3.3, figurarão no instrumento todos os proponentes como arrematantes em condomínio e na proporção que houver sido definida, ou, em caso contrário, em partes ideais iguais, como previsto no item 3.3.1.
- 6.4. O Cartório responsável pela lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra ou da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca, conforme o caso, será escolhido pelo adjudicatário. Lavrada a escritura, o arrematante deverá fornecer à Unidade Contratante uma cópia atualizada da matrícula do imóvel, comprovando o registro da escritura e, por conseguinte, a transferência da propriedade do imóvel para o seu nome.
- 6.5. Cabe ao adjudicatário arcar com todas as despesas (tributos em geral, inclusive ITBI; foros; laudêmios; taxas, custas; emolumentos etc.) e apresentar toda a documentação necessária (alvarás; certidões; escrituras, inclusive retirratificações; registros, averbações, desmembramentos etc.), inclusive a referente ao vendedor, à transferência do imóvel objeto deste certame licitatório.
- 6.6. O desfazimento ou a não celebração do negócio jurídico de venda e compra diante da inadimplência do arrematante ou do descumprimento de quaisquer outras obrigações autoriza a Unidade Contratante a adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à retomada do bem.
- 6.7. Sem prejuízo das sanções e penalidades cabíveis, caso o licitante vencedor atrase o pagamento integral do sinal por período superior a 10 (dez) dias corridos será considerado inadimplente, podendo a Unidade Contratante convocar o segundo colocado para, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas contadas da convocação, declarar se aceita pagar, nas mesmas condições, o preço oferecido pelo primeiro colocado. Na recusa do segundo, poderá ser convocado o terceiro e assim, sucessivamente, até o último. Se nenhum deles se interessar, a Unidade Contratante, observando o valor estimado, poderá efetuar nova convocação dos licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que abaixo do preço do primeiro colocado, e adjudicar o objeto nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição. Frustrada a negociação, a licitação será considerada fracassada.
- 6.8. A posse do imóvel alienado só será transmitida ao arrematante mediante a lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra ou da Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca, conforme o caso.
 - 6.8.1. O teor da escritura pública lavrada será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do § 1º do art. 27 do Decreto nº 68.422, de 2024.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. A integralização do sinal com atraso de até 10 (dez) dias corridos em relação ao vencimento inicial dará ensejo à aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do sinal.
- 7.2. O inadimplemento do arrematante de que trata o item 6.7 o sujeitará à perda do sinal e ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do sinal, ficando a Unidade Contratante autorizada a reter ou cobrar os respectivos valores. O arrematante perderá, igualmente, o pagamento realizado ao Leiloeiro Oficial a título de comissão (caso seja definida comissão a Leiloeiro Oficial no item 2.7).
- 7.3. No caso de pagamento parcelado, o atraso no pagamento das respectivas parcelas sujeitará o adquirente à incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e também à multa moratória correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor não adimplido, a serem pagos incorporados ao montante da parcela.
 - 7.3.1. Se a mora ultrapassar 90 (noventa) dias corridos, considerar-se-á caracterizada a inadimplência do adquirente e imediatamente exigível, pela via judicial competente, multa de 10% (dez por cento) sobre o montante total devido, independente de interpelação, perdendo o devedor hipotecário 30% (trinta por cento) de todos os pagamentos efetuados. Adicionalmente, haverá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, mais correção monetária a ser calculada mensalmente pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua eventual extinção, por outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado.

- 7.4. Aplicadas as sanções previstas nos itens 7.1 e 7.2, a Unidade Contratante fica autorizada a utilizar o sinal para o seu pagamento, bem como dos demais encargos, independentemente de qualquer outra formalidade. A diferença, se houver, será cobrada administrativa ou judicialmente.
- 7.5. No caso de participantes em grupo (item 3.3), todos os proponentes responderão solidariamente pelas sanções pecuniárias previstas neste Edital.
- 7.6. Sem prejuízo das multas acima especificadas, a pessoa física ou jurídica que praticar os atos previstos no artigo 155 da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ficará sujeita à aplicação das seguintes sanções:
 - 7.6.1 advertência;
 - 7.6.2. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 7.6.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 7.7. A Unidade Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>).
- 7.8. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u>, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, nos termos do artigo 164 do mesmo diploma legal.
- A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacoes.sgc@sp.gov.br.
- 8.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 8.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 8.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
 - 8.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no endereço eletrônico na Internet no Diário Oficial do Estado, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 8.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 8.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 8.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Na hipótese de o procedimento restar fracassado, a Administração poderá:
 - a) republicar o presente Edital com uma nova data;
 - b) fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

- 9.1.1. A republicação de que trata a alínea "a" da subdivisão acima também poderá ocorrer quando o procedimento restar deserto.
- 9.2. Todas as referências de tempo no Edital e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 9.3. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.4. Os casos omissos serão solucionados pela Unidade Contratante.
- 9.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 9.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 9.7. O licitante não poderá alegar desconhecimento das condições da alienação, das características e estado geral do imóvel, sua situação jurídica ou de eventual ausência de registros ou averbações junto aos Cartórios de Registro Imobiliário competentes, inclusive de benfeitorias, sendo de sua responsabilidade a regularização da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis, INSS e demais órgãos públicos, bem como o pagamento de eventuais tributos e débitos fiscais incidentes sobre o imóvel após a data do pagamento do sinal e/ou ônus que sobre ele incidam, inclusive de títulos e respectivas despesas. Eventuais diferenças de medidas, áreas e confrontações encontradas nos imóveis serão resolvidas pelo arrematante, sem ônus para a Unidade Contratante, pois as referências feitas às dimensões do imóvel são meramente enunciativas e constam dos respectivos títulos aquisitivos.
- 9.8. A Unidade Contratante poderá excluir qualquer imóvel do leilão, a seu único e exclusivo critério, até o momento de abertura da sessão pública.
- 9.9. Aplica-se ao imóvel objeto desta licitação as disposições do <u>artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal</u>, que estabelece imunidade tributária entre os entes políticos. Os licitantes estão cientes de que, com a transferência da posse ou do domínio, a depender da natureza do tributo, cessará a imunidade tributária a que se refere esta disposição.
- 9.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 9.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
 - 9.11.1. Anexo I Descrição e caracterização dos imóveis, avaliações e condições de pagamento;
 - 9.11.2. Anexo II Comprovação de propriedade;
 - 9.11.3. Anexo III Modelos de declarações;
 - 9.11.3.1. Anexo III.1 Declaração de opção para pagamento à vista (sem alienação fiduciária ou mediante alienação fiduciária);
 - 9.11.3.2. Anexo III.2 Declaração de opção para pagamento parcelado;
 - 9.11.4. Anexo IV Minuta de Escritura Pública de Venda e Compra à Vista;
 - 9.11.5. Anexo V Minuta de Escritura Pública de Venda e Compra com Pacto Adjeto de Hipoteca;
 - 9.11.6. Anexo VI Modelos de procuração;
 - 9.11.6.1. Anexo VI.1 Minuta de instrumento de procuração;
 - 9.11.6.2. Anexo VI.2 Minuta de instrumento de procuração para participação em grupo;

Anexo VII - Termo de ciência das condições físicas e jurídicas do imóvel.

| São Paulo, | na | data | da | assinatura |
|------------|----|------|----|------------|
| | | | | |

DANIELLE DOS REIS QUEIROGA

Coordenadora de Licitações e Contratos

ANEXO I DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS, AVALIAÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

| ITEM 01 | – PROCESSO n° 018.00016982/2023-01 – SGI 2.125 |
|--|--|
| a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO | Imóvel urbano, localizado na Rua Arraial de São Bartolomeu, nº 590 e 598, Bairro da Vila Carmosina, no município de São Paulo/SP. Conforme Decreto nº 14.768/1977 que dispõe sobre denominação de Logradouros públicos, a Rua Arraial, trata-se da antiga Rua Itatiba. Área de terreno de 650m², com matrícula única e desmembrado em dois lotes nº 590 e 598 Frente Principal/Secundária: 13,00 m Topografia: Plano, Padrão Construtivo: Casa Proletário/Galpão Simples Área Construida: 420,00M², 1 Pavimento, Vocação de Uso: Comercial/Residencial |
| b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL | Matrícula nº 118.165 do 09º CRI de São Paulo/SP, de 10 de novembro de 1988. Última averbação em 09 de abril de 2013 e atualização do documento em 28/01/2025 |
| c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL | Imóvel adquirido por meio de execução fiscal e encontra-se indevidamente ocupado por terceiros, no qual tramita ação de reintegração de posse para desocupação. Conforme Laudo Técnico apresentado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, o estado de conservação do imóvel, encontra-se precário, em estado de Conservação "F", a qual descreve-se: |
| | F - Necessitando de reparos simples a importantes - Edificação cujo estado geral possa ser recuperado com pintura interna e externa, após reparos de fissuras e trincas, com estabilização e/ou recuperação localizada do sistema estrutural. As instalações hidráulicas e elétricas possam ser restauradas mediante a revisão e com substituição eventual de algumas peças desgastadas naturalmente. Eventualmente possa ser necessária a substituição dos revestimentos de pisos e paredes, de um, ou de outro cômodo. Revisão da impermeabilização ou substituição de telhas da cobertura Fonte: IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo O bem contém dois contribuintes, sendo eles: 144.067.0076-4 e 144.067.0077-2; ambos possuem débitos tributários atualizados até o mês vigente (01/2025), abaixo descritos: |

| | IPTU Contribuinte 144.067.0076-4 R\$ 27.433,13 (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e três mil reais e treze centavos); IPTU Contribuinte 144.067.0077-2: R\$ 6.344,57 (seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos). |
|---|---|
| d) SITUAÇÃO JURÍDICA | Diante da ocupação irregular, fora proposta Ação Possessória para fins de desocupação do imóvel pelos terceiros, a demanda tramita na 11ª Vara da Fazenda Pública sob o processo nº 1037784-68.2019.8.26.0053, sendo determinado pelo magistrado a manutenção dos ocupantes, o qual não ocorreu pois à FESP não providenciou meios para a remoção. Ademais, os ocupantes informaram nos autos que mantém interesse na desocupação voluntária, com a entrega das chaves na PGE, contudo, não ocorreu até a presente data (na iminência de desocuparem o imóvel). No mais, será vendido "ad corpus", no estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando a cargo do comprador eventual regularização junto a Prefeitura, Cartório e demais órgãos competentes. |
| e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO | (consoante laudo de avaliação juntado ao Processo 018.00016982/2023-01) R\$ 1.155.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil reais) |
| f) VALOR DO SINAL | 20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora. |
| g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS | 60 (sessenta) parcelas mensais |

| ITEM 02 – F | PROCESSO nº 018.00001748/2024-52 – SGI 6.682 |
|---------------------------------------|--|
| a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO | Localizado na Rua Antônio de Macedo Soares, nº 584, Campo Belo, São Paulo/SP Área de terreno de 1.000m² Frente Principal/Secundária: 50,00 m Padrão Construtivo: Residência Econômico Área Construída: 200,00 m², 1 pavimento Vocação de Uso: Residencial Informa-se que a Rua Antônio de Macedo Soares, se trata da Antiga Rua Prudente de Moraes, alterada pelo Decreto nº 15.641/1979 que dispõe acerca de alteração de logradouro. |
| b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL | |

| | Matrícula nº 127.091 do 15º CRI de São Paulo/SP, de 16 de dezembro de 1.991 |
|--|---|
| | Documento atualizado em 28/01/2025 |
| c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL | Imóvel atribuído ao Patrimônio Público através de doação do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo – DER no ano de 2020. Sobre o terreno avaliado. encontram-se edificados diversos imóveis residenciais com fechamentos em alvenaria, totalizando a área construída de 200,00m2, o qual não foi realizada vistoria interna, no entanto pelo aspecto externo verificou-se que trata de autoconstrução e que o imóvel se encontra ocupado por terceiros, de forma irregular. |
| | O bem contém débitos tributários atualizados até o mês 01/2025, sendo: •IPTU – R\$ 49.690,14 (quarenta e nove mil seiscentos e noventa reais e quatorze centavos). |
| d) SITUAÇÃO JURÍDICA | Não há ações judiciais em curso relacionadas ao imóvel objeto de alienação, ele será vendido "ad corpus", no estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando a cargo do comprador eventual regularização junto a Prefeitura, Cartório e demais órgãos competentes. |
| e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO | (consoante laudo de avaliação juntado ao Processo 018.00001748/2024-52) R\$ 2.865.000,00 (dois milhões oitocentos e sessenta e cinco mil reais) |
| f) VALOR DO SINAL | 20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora. |
| g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS | 60 (sessenta) parcelas mensais |

| ITEM 03 | – PROCESSO nº 018.00002348/2023-83 - SGI 7.657 |
|-------------------------|--|
| | Imóvel urbano, localizado na Avenida Portugal, nº 1.074, Bairro Brooklin Paulista, esquina da Rua Arizona, no município de São Paulo/SP. |
| a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO | Área: 200,00 m² - Área Principal/Secundária: 10,00m Topografia: Plano - Padrão Construtivo: Casa Padrão médio, Área 238,00 m², 1 pavimento |

| b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL | Matrícula nº 55.824 do 15º CRI de São Paulo, de 29 de janeiro de 1981 - Documento atualizado em 28/01/2025. | |
|---------------------------------------|---|--|
| | Imóvel adquirido por desapropriação judicial realizada em 1974 pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo – D.E.R., em virtude do Decreto 1.294/73 e posteriormente, o imóvel foi doado pelo D.E.R. à Fazenda do Estado de São Paulo, conforme Decreto nº 65.327 de 02/12/2020 item V. Constando como item 27 na Escritura Pública de Doação escriturada no Livro nº 3.059, às páginas 121/138 do 15º Cartório de Notas desta Comarca. O imóvel se encontra ocupado por Conservatório Musical Brooklin Paulista S/C Ltda através do Termo de Compromisso de Autorização de Uso | |
| | Remunerado, concedido pelo DER –Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo. | |
| c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL | O referido Conservatório Musical possui ciência de que o bem se encontra em vias de ser leiloado, não se opõe a tal fato, pois o Termo de Compromisso estabelece a precariedade e revogabilidade a qualquer momento do uso remunerado do objeto desta alienação. Sendo assim, o ocupante será notificado para que desocupe o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, consoante previsão da cláusula 03 do documento citado, em caso de permanência no imóvel será alienado "ad corpus", ou seja, no estado material e jurídico em que se encontra, sendo de responsabilidade exclusiva do comprador toda e qualquer providência judicial e/ou extrajudicial que se faça necessária para a sua imissão de posse | |
| | De todo modo, foi dado direito de preferência ao ocupante do imóvel, em atendimento ao Parecer Referencial AGI nº 3/2024 por meio de ofício, enviado em 28/01/2025. | |
| | Sobre o terreno avaliando encontra-se edificada uma construção assobradada, erigida em alvenaria, com cobertura de telhas cerâmicas, provavelmente apoiada sobre estrutura de madeira, de padrão construtivo médio, dotada de recuo frontal e lateral apenas de um lado, com idade aparente de 45 anos, em aparente regular estado de conservação, necessitando de reparos, totalizando a área construída de 238,00 m² (certidão de dados cadastrais do imóvel 2023). | |
| | Ressalta-se que o bem contém débitos tributários atualizados até o mês 08/2024, sendo: | |
| | ●IPTU – RR\$ 47.487,84 (quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) | |
| d) SITUAÇÃO JURÍDICA | Não há ações judiciais em curso relacionadas ao imóvel objeto de alienação, ele será vendido "ad corpus", no estado material e situação jurídica em que se encontra, ficando a cargo do comprador eventual regularização junto a Prefeitura, Cartório e demais órgãos competentes. | |
| | (consoante laudo de avaliação juntado ao Processo 018.00002348/2023-83) | |

| e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO | R\$ 1.410.000,00 (um milhão e quatrocentos e dez mil reais) |
|---|---|
| f) VALOR DO SINAL | 20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora. |
| g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS | 60 (sessenta) parcelas mensais |

| ITEM 04 – PROCESSO nº 018.00004051/2023-52 – SGI 43.361 | | |
|---|--|--|
| a) DESCRIÇÃO E ENDEREÇO | O imóvel situa-se na Rua Justiniano, nº 1.115, com a Rua Marquês de Santo Amaro, Vila Prudente, São Paulo/SP. Área de terreno de 1.998m² Frente Principal/Secundária: 38,00m Topografia: Plano, Superfície do Solo: Seco. | |
| b) MATRÍCULA/TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL | Matrícula nº 242.665 do 06º CRI de São Paulo/SP, de 11 de fevereiro de 2021 Atualização do documento em 28/01/2025 | |
| c) SITUAÇÃO DO IMÓVEL | O imóvel fora incorporado ao Patrimônio Estadual por desapropriação, tal registro se deu na matrícula nº 242.665 do 06º CRI de São Paulo/SP, em 11 de fevereiro de 2021 (R.2/242.665). Não foi possível notificar o expropriado, em decorrência de seu falecimento. Em se tratando de terreno, não há o que descrever a respeito de estado de conservação, entretanto, possui topografia plana e/ou semiplena, com inserção acima do greide da via local, em platô contendo parte vegetação significativa e parte livre, com sinais de demolição de antigas edificações. Apresenta delimitação parcial com muros em alvenaria revestidos em argamassa Ressalta-se que o bem não contém débitos tributários atualizados até o mês vigente (01/2025). | |
| d) SITUAÇÃO JURÍDICA | Consta do laudo de avaliação que o imóvel está desocupado, contudo, para fins de informação, comunicamos que há tramitação de ação possessória a fim de que o bem seja desocupado pelos ocupantes irregulares desde o ano de 1991, sob o processo nº 0404636- | |

| | 97.1991.8.26.0053 em trâmite na 09º Vara de Fazenda Pública de São Paulo. |
|--|--|
| e) VALOR DE AVALIAÇÃO E PREÇO MÍNIMO DE AQUISIÇÃO | (consoante laudo de avaliação juntado ao Processo 018.00004051/2023-52) R\$ 4.115.000,00 (quatro milhões e cento e quinze mil reais) |
| f) VALOR DO SINAL | 20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora. |
| g) NÚMERO MÁXIMO DE PARCELAS | 60 (sessenta) parcelas mensais |

ANEXO II COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE

ITEM 01 - PROCESSO nº 018.00016982/2023-01 - SGI 2.125



9.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

de São Paulo

118.165

01

São Paulo, 10 de Novembro de 1988.

IMÓVEL: Um terreno situado a Rua Itaipava, esquina com a Rua Itatiba, lote nº 15 da quadra nº 111, na Vila Carmozina no distrito de Itaquera, que assim se descreve: inicia-se no ponto "l", no alinhamento da Rua Itaipa va, esquina com a Rua Itatiba; daí, segue pelo alinhamento da Rua Itaipava, por uma distância de 15.00m até encontrar o ponto "2", situado na divisa do lote nº 16; deflete à direita e segue em linha reta, confrontando com o lote nº 16 de propriedade de João Guilherme Ranieri, por uma distância de 50.00m, até encontrar o ponto nº 03, deflete à direita e segue em linha reta, confrontando com o lote nº 14, compro missado à João Batista de Sa, por uma distância de 13,00m, até encontrar o ponto "4", situado no alinhamento da Rua Itatiba, deflete à direita e segue pelo citado alinhamento, por uma distância de 50,00m, até encontrar o ponto "1", encernando a área de 650,00m2.

PROPRIETARIO: COMERCIAL PASTORIL E AGRICOLA S/C LTDA, com se de nesta Capital, no Bargo do Paissandu, nº 51 6º ander, CGC/MF.nº 61 520.680/8001-69.

R. ANTERIOR: Transcribo sob no 10.073 no 3º R.I.

C.CONTRIBUINTE:

9.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL

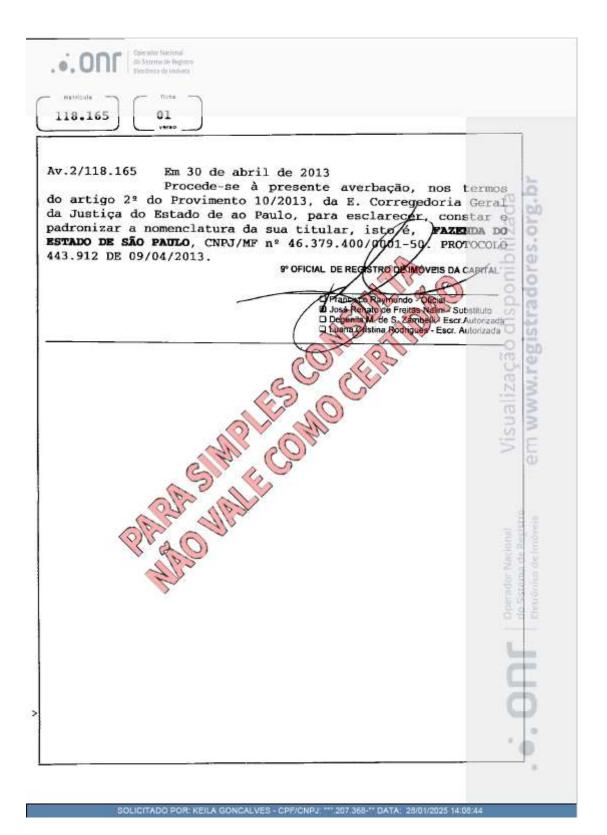
/ Ramovoual

FRANCISCO RAYMUNDO - Original

R.1/118.165 - Em 10 de Novembro de 1.988.

FRANCISCO RAYMUNOO - OHIAN

continua no verso





LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

15.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

de São Paulo

matricula -127.091 ficha-

São Paulo, 16 de Dezembro

IMÓVEL: Um prédio situado à Rua Prudente de Moraes nº 60%, an tiga Rua "L", esquina com a Rua Pedro Taques, antiga Rua 👫 ", quadra nº 32, no 30º Subdistrito Ibirapuera, e respectivo ter reno compreendendo o perímetro 18 - 17 - 16 - 15 - 14 - 180 assim descrito: mede 50,00 metros de frente, de um lado dide faz esquina com a Rua Pedro Taques mede 20,00 metros, de outro lado também 20,00 metros e na linha dos fundos a mesma me tragem da frente, encerrando a área de 1.006,06 metros quadra dos, confrontando de um lado com Paglino Garrerughi e nos fun dos com Theodoro Bohl. Contribainte nº 086.118.0008. PROPRIETÁRIO: FRANCESCO ROSSI, Casado.

TÍTULO AQUISITIVO: Transcrito sob no 180.702 no 110 Registro. O Escrevente habilitado Amagelo Moacyr Gregolinh. 9 -(Nelson Amoroso). Oficial Major;

------R. 01 - 127.091 - Paulo, 16 de Dezembro de 1.991.

TRANSMITENTE: FRANCISCO ROSSI, italiano, RG Mod 19 número ... 1.361.303 casado com ANNA STELLA SABETTA ROSSI, italiana, RG Mod 19 no 1.333 651, do lar, CIC no 069.512.368, residentes à Rua Sarah Kubscohek nº 769, Cachoeira Paulista.

ADQUIRENTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO.

TÍTULO: Desapropriação - sentença de 03 de Abril de 1.975, e acordão de 12 de Agosto de 1.975.

FORMA DO TÍTULO: Carta de Adjudicação passada em 05 de Novembro de 1.991, subscrita pelo Escrivão do 5º Ofício e assinada pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara, ambos da Fazenda Pública desta Capital, extraída dos respectivos autos da ação de desa propriação, processo nº 130/75.

VALOR: Cr\$ 1.163.290,00 (Hum milhão, cento e sessenta e três mil e dazentos e noventa cruzeiros). O Escrevente habilitado, (Angelo Moacyr Gregolin). O Oficial Maior, Continua no verso

SOLICITADO POR KEILA GONCALVES - CPF/CNPJ. *** 207.368-** DATA: 28/01/2025 14:09:30



MATRICULA (CNM) 111252.2.0127091-19

LIVRO Nº. 2 - REGISTRO GERAL

15°. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS de São Paulo

MATRICULA -127.091 FICHA-002 Cadastro Nacional de Serventias nº. 11.125/2

São Paulo, 20 de Julho de 2020

Leme

DIGITAL

2.897.474,00 (dois milhões, oitocentes VALOR: R\$ secenta sete mil, quatrocentos noventa Escrevente autorizado, Alexandro reais) . 0 Oficial Substituto Trindade. 0 SELO Ademir Monteiro (Paulo 111252321000000488023209)
#MD5:8C4EA38CB1417465953539480AFABC9B1 1112523210000000488023209)

Visualização disponi em www.registra

SOLICITADO POR: KEILA GONCALVES - CPF/CNPJ. *** 207.368-** DATA: 28/01/2025 14:09:30



matricula — 127.091 01

(Nelson Amoroso).

Av.2 - 127.091 - São Paulo, 20 de julho de 2020.

PRENOTAÇÃO nº. 886.781 - 30/06/2020

Da Escritura de 16 de junho de 2020, do 15° Cartório de Notas desta Capital, Livro nº 3.059, Páginas nºs 121/138, verifica-se que o número completo do Cadastro Municipal do imóvel da matricula é nº 086 118.0008-7, conforme prova Consulta SQL Pai/Filho, em data de 16 de julho de Município de São Paulo, 2020, pela Prefeitura do (arquivada nesta Serventia) 0 Escrevente autorizado, Trindade. Oficial Alexandro/ Substituto, Lemes (Paulo Ademir Monteiro).

.-.-.-.

DIGUTAL 11125233100000004880222031

R.3 - 127.091 - São Paulo, 20 de julho de 2020.

PRENOTAÇÃO nº 886.784 - 30/06/2020

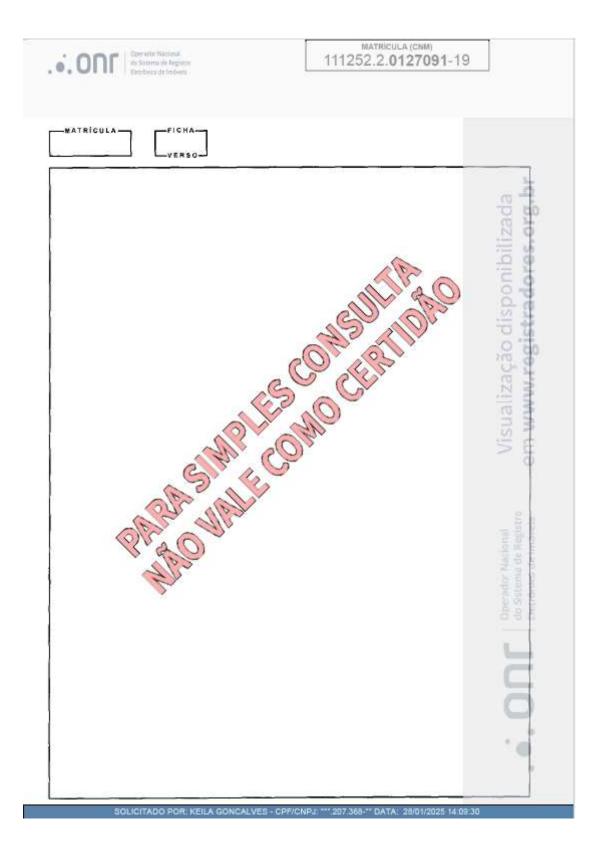
DOADOR: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO. CNPJ n. 43.052.497/0001-02, com sede nesta Capital, na avenida do Estado, nº 777. (Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em 07 de junho de 2020, com Código de Controle: 6783.809E.D119.ED1B, mencionada no título).

DONATÁRIA: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ [nº 46.379.400/0001-50.

TÍTULO: DOAÇÃO.

FORMA DO TÍTULO: Escritura de 16 de junho de 2020, do 15° Cartório de Notas desta Capital, Livro n° 3.059, Páginas > n°s 121/138.

Continua na ficha 002



ITEM 03 - PROCESSO nº 018.00002348/2023-83 - SGI 7.657

MATRICULA (CNM) 111252.2.0055824-32

15.0 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

de São Paulo

matricula _ _ ficha

55.B24

GERAL

Dl

São Paylo, 29 de Jansiro

de 19 81

IMDVEL: Um terreno situado a rua Portugal esquina da rua Ari zona, no Brooklin Paulista Novo, lote nº 32+A, na quadra 118, no 30º Subdistrito-Ibirapuera, medindo 10,00 metros de frente por 20,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frante, encerrando a area de 200,00 metros quadrados, confinando do lato direito com o lote nº 32-8, de Nelson Batti de Oliveira, do 1200 paquerdo com a Rua Arizona, e pelos fundos com propenso de Paulo 8. do Valle Junior, localizado do lado asqueldo de quem da rua -Portugal vai para a rua Michigan Contribuinte nº. 085.122.0030-PROPRIETARIOS: MANDEL BLOCO CABELA, espanhol, construtor, RG para estrangeiro, nº 3.953.406 (sua mulher ASSUNCION GBNZA-LEZ CONZALEZ, espanyolog RG area estrangeiro, nº 5.953,400 , do lar, residentas a comitandos à rua Edson, nº 390. TITULO AQUISITADO: Transcritto sob nº 88.460, no 11º Registro. O Escrevente Habilitado, Concert forul Mily (José Dai val Figurator Malbands). O Oficial, - 94 - \$ 824 - San Paulo, 29 de Janeiro de 1.981. TRANSMY MITES MANUEL BLANCO GABELA, e sua mulher ASSUNCION -GONZALEZ GONSEZ, já qualificados como proprietários. ADQUIRENTS: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO, autarquia estadual, por força do Decreto Lei nº... 16.546 de 1.946. TITULO: Desapropriação-Acordo de 06.02.74, ratificado em 26.04.74, e homologado por sentença de 02.05.74. FORMA DO FITULO: Carta de Adjudicação passada em 30 de março/ de 1.976, subscrita pelo Escrivão do 3º Oficio, e assinado pe lo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara, ambos dos Feitos da Fazonda deste Estado, extraída dos respectivos Autos de Desapropriação, proc. nº 153/74.

continua no verso.

55.824 — ficha-

Av.2 - 55.824 - São Paulo, 20 de julho de 2020

PRENOTAÇÃO n°. 886.781 - 30/06/2020

Da Escritura de 16 de junho de 2020, do 15 Cartório de Notas desta Capital, Livro n° 3.953, Páginas n°s 121/138, verifica-se que o número completo do Cadastro Municipal do imóvel da matricula é n° 085 122.0030-8, conforme prova Consulta SQL Pai/Filho em dato de 16 de julho de 2020, pela Prefeitura do Município de São Paulo, (arquivada nesta Serventia). Rescrevente autorizado, Alexandro Lemes Trindade O Oficial Substituto,

(SELO

DIGITAL 111252331000000048799720B)

R.3 - 55 82 São Paulo, 20 de julho de 2020.

PRENOTAÇÃO n 886 781 - 30/06/2020

DOADOR: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n° 43.052.497/0001-02, com sede nesta Capital, na Avenida do Estado, n° 777. (Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em 07 de junho de 2020, com Código de Controle: 6783.809E.D119.ED1B, mencionada no título).

DONATÁRIA: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ n 46.379.400/0001-50.

TÍTULO: DOAÇÃO.

Continua na ficha 002

MATRICULA (CNM) 111252.2.0055824-32

LIVRO Nº. 2 - REGISTRO GERAL

15°. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

de São Paulo Cadastro Nacional de Serventias nº, 11.125 p

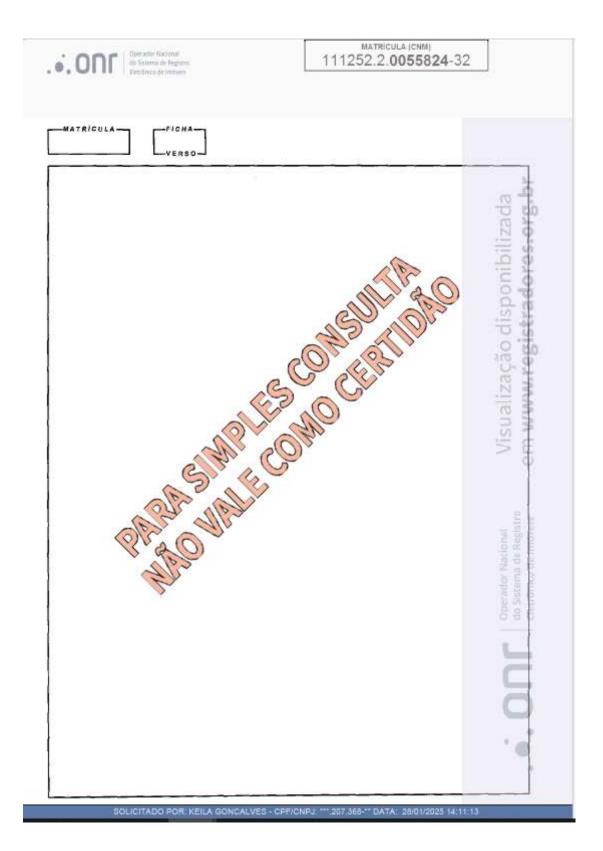
MATRICULA-55.824

002

São Paulo, 20 de Julho

de 2020

FORMA DO TÍTULO: Escritura de 16 de junho de 2020, do 15° Cartório de Notas desta Capital, Livro nº 3.059, Páginas CLO n°s 121/138. cento e vinte e cito VALOR: R\$ 1.128.125,00 (up milhão, cinco. 0 Escrevente mil, cento e inte reais). (Rav)
(Rav) Trindade, Oficial autorizado Alexandro Lemes Monteiro) . Substitute Visualização disp (SELO DIGITAL #MD5:C9D444F8C26FBD590149F11D88259AD3# em www.regis



ITEM 04 - PROCESSO nº 018.00004051/2023-52 - SGI 43.361



Nathália Rodriques Coelho - Escrevente Autorizada

SOLICITADO POR: KEILA GONCALVES - CPF/CNPJ: "" 207.368-" DATA: 28/01/2025 14:12:24

ANEXO III MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PARA PAGAMENTO À VISTA (SEM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA OU MEDIANTE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA)

À Unidade Contratante,

Venho (Vimos), pela presente, **OPTAR** pelo pagamento à vista, [sem alienação fiduciária <u>OU</u> mediante alienação fiduciária], da oferta vencedora de compra do imóvel do item nº 01, conforme o Edital em epígrafe, consubstanciado no seguinte:

| | Valor total da oferta vencedora: R\$(|
|---------------|--|
| | Sinal: R\$() |
| Qualificação: | |
| NOME: | |
| RG: CPF/CN | PJ: |
| ENDEREÇO: | : CIDADE: ESTADO: |
| CEP: | |
| TELEFONES | (residencial e/ou comercial): CELULARES: |
| E-MAIL: | |
| PROFISSÃO | : ESTADO CIVIL: |
| | (assinatura do proponente) |

(Observação: Caso se trate de participação em grupo, o licitante deverá qualificar todos os coproponentes, destacando o endereço de seu procurador (onde serão enviadas eventuais notificações), mencionando também a proporção do imóvel a que cada um dos coproponentes terá direito na compra.)

ANEXO III.2 DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PARA PAGAMENTO PARCELADO

REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N ° 004/2024 PROCESSO SEI N ° 018.00001190/2025-96

À Unidade Contratante,

Venho (Vimos), pelo presente, **OPTAR** pelo pagamento parcelado da oferta vencedora de compra do imóvel do item nº XX, conforme item 2.3 do Edital em epígrafe, consubstanciado no seguinte:

| Valor total da oferta vencedora: R\$(() |
|---|
| Sinal: R\$() |

| | Saldo remanescente: R\$() |
|--|--|
| (| l: 20% (vinte por cento) sobre o valor da oferta vencedora, correspondente a R\$ |
| R\$ parti calcı varia IPC- | lo remanescente de 80% (oitenta por cento) do valor da oferta vencedora, correspondente a |
| Qualificação | |
| NOME: | |
| RG: CPF/CN | IPJ: |
| ENDEREÇO | : CIDADE: ESTADO: |
| CEP: | |
| TELEFONES | S (residencial e/ou comercial): CELULARES: |
| E-MAILS: | |
| PROFISSÃO | ESTADO CIVIL: |
| | |
| | (assinatura do proponente) |
| destacando | c: Caso se trate de participação em grupo, o licitante deverá qualificar todos os coproponentes, o endereço de seu procurador (onde serão enviadas eventuais notificações), mencionando também a o imóvel a que cada um dos coproponentes terá direito na compra.) |

ANEXO IV

MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA À VISTA

REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N ° 004/2024 PROCESSO SEI N ° 018.00001190/2025-96

| SAIBAM quantos esta escritura pública de | venda e compra virem, que aosdia | s do mês dede 2024, nesta cidade |
|--|--|--------------------------------------|
| e Comarca de, Estado de São Paul | o, perante mim, Tabelião do Servi | ço de Notas compareceram as partes |
| entre si justas e contratadas, a saber: de | um lado, de ora em diante designa | do OUTORGANTE-VENDEDORA , a |
| Fazenda do Estado de São Paulo, pessoa | a jurídica de direito público interno, in: | scrita no CNPJ/MF sob nº, |
| representada pelo Procurador do Estado | Dr(qualifica | ação), Cédula de Identidade R.G. n.º |
| e CPF n.º | com exercício na Procuradoria | da Procuradoria Geral do |
| Estado, situada na Rua | na cidade de estando inv | vestido do poder de representação na |

| conformidade da Lei Complementar n.º 1.270, de 25 de agosto de 2015, artigo 3º, I c/c a Constituição do Estado de São Paulo, artigo 99, I., e autorizado pela Resolução PGE – 09, de 16 de março de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 17 de março de 2018; e, de outro lado de ora em diante designado OUTORGADO-COMPRADOR |
|---|
| Referido imóvel foi adquirido através |
| OUTORGADO—COMPRADOR proposta vencedora no REPUBLICAÇÃO LEILÃO PÚBLICO SGGD/GS-C.P.I. nº |
| 004/2024, Processo SGGD SEI nº 018.00001190/2025-96, realizado na Secretaria de Gestão e Governo Digital, a |
| Outorgante-Vendedora vende ao OUTORGADO-COMPRADOR o imóvel aqui referido e descrito, pelo preço certo de |
| R\$ |
| seguinte forma: a) R\$ () a título de sinal e princípio de pagamento, já recebido pela OUTORGANTE- |
| VENDEDORA na data de/; b) R\$(), correspondente ao saldo remanescente já recebido em |
| /, dando a OUTORGANTE-VENDEDORA inteira e irrestrita quitação. III- Assim, a OUTORGANTE- |
| VENDEDORA, por esta escritura, transmite ao OUTORGADO-COMPRADOR todo o domínio, posse, direito e |
| titularidade de ações que tem e exerce sobre o imóvel, protestando fazê-la sempre boa, firme e valiosa. IV - Todos os |
| ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel, deverão ser pagos pelo OUTORGADO-COMPRADOR . V — |
| Que nesta data o OUTORGADO-COMPRADOR recebe a posse do imóvel, e declara ter conhecimento de sua situação jurídica o estado material, inclusivo quento a eventuais equanções, autorizadas ou pão, nada tendo a |
| situação jurídica e estado material, inclusive quanto a eventuais ocupações, autorizadas ou não, nada tendo a reclamar, cabendo-lhe inclusive promover ou prosseguir, nas ações competentes, bem como providenciar, também às |
| suas expensas, a regularização registrária eventualmente necessária, inclusive cancelamento de ônus e averbação de |
| edificações e outras benfeitorias acaso ainda não averbadas. VI - A presente venda é efetuada "ad corpus", nos |
| termos do disposto no artigo 500, § 3º, do Código Civil Brasileiro. VII – Fica expressamente pactuado que a |
| OUTORGANTE-VENDEDORA não responde pela evicção. VIII - Esta compra e venda está vinculada às disposições |
| e obrigações, contidas no Edital de Leilão Público SGGD/GS-C.P.I. nº 0003/2024, da Secretaria de Gestão e Governo |
| Digital, e na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, com as alterações nela introduzidas. IX – Pelas partes é também |
| ajustado o seguinte: a) fica dispensada a apresentação de certidões a respeito de ações judiciais, prevista na Lei n.º |
| 7.433/85 e Decreto n.º 93.240/86; b) cabe ao OUTORGADO-COMPRADOR o pagamento de todas as despesas |
| pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, aos |
| registros e averbações, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, |
| emolumentos, e quaisquer tributos; c) caberá ao OUTORGADO-COMPRADOR assumir todas as obrigações, |
| encargos e ônus decorrentes das providências necessárias ao competente registro, inclusive efetuando as retificações |
| eventualmente cabíveis, cabendo à Fazenda do Estado colaborar nos atos que dependerem da sua atuação; d) fica |
| autorizado o Serviço de Registro de Imóveis competente a promover os registros e averbações cabíveis. e) Pelo |
| OUTORGADO-COMPRADOR me foi dito que aceita a presente escritura em todos os seus termos, cláusulas e |
| condições. E de como assim o disseram e outorgaram dou fé. Por me pedirem as partes lavrei a presente escritura, a |
| qual, lida, estando conforme, aceitam e assinam. |
| |
| |
| |
| ANEXO V |
| MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA COM PACTO ADJETO DE HIPOTECA |
| MINUTA DE ESCRITURA PUBLICA DE VENDA E COMPRA COM PACTO ADJETO DE HIPOTECA |
| REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N º 004/2024 |
| PROCESSO SEI N ° 018.00001190/2025-96 |
| |
| SAIBAM quantos esta pública escritura virem que no dia () do mês dedo ano de dois mil e |
| (20) nesta Cidade de -SP neste cartório perante mim tabelião compareceram partes entre si |

| sediada nesta Capital na Rua Pamplona, 227, 5º andar, estando investido do poder de representação na conformidade |
|---|
| da Lei Complementar Estadual nº. 1.270, de 25 de agosto de 2015, artigo 3º, I c/c a Constituição do Estado de São |
| Paulo, artigo 99, I, e autorizado pela Resolução PGE - 09, de 16 de março de 2018, publicada no Diário Oficial do |
| Estado de São Paulo de 17 de março de 2018; e, de outro lado, como OUTORGADO COMPRADOR, e em seguida |
| DEVEDOR HIPOTECÁRIO, Os presentes reconhecidos como os próprios |
| entre si e por mim identificados pelos documentos referidos, do que dou fé. A seguir, pela OUTORGANTE |
| VENDEDORA, como vem representada, me foi dito o seguinte: - I - é senhora e legítima possuidora do imóvel |
| consistente de, no, do distrito, município e |
| comarca), descrito e caracterizado na |
| matrícula do Cartório de Registro de Imóveis de - II - o referido imóvel está cadastrado pela Prefeitura |
| Municipal de , através do contribuintepara o corrente |
| exercício e o valor de referência de R\$, e, foi havido, por ela OUTORGANTE VENDEDORA, a |
| título de,de,nos termos da escritura lavrada emde, no livro, fls, que |
| se encontra registrado na matrícula nº, do Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo; - III – que o |
| OUTORGADO COMPRADOR, apresentou proposta vencedora no Leilão SGGD/GS CPE Nº 004/2024 |
| (Republicação), Processo SGGD SEI nº 018.00001190/2025-96, realizado na Secretaria de Gestão e Governo |
| |
| Digital, consistente no valor de R\$(), da seguinte forma: a) – |
| R\$, equivalente a 20% (vinte por cento) do preço, já recebido pela OUTORGANTE VENDEDORA , |
| na data; b)() parcelas mensais e iguais, contadas a partir da data prevista para |
| pagamento do sinal, todas acrescidas de juros de 06% (seis por cento) ao ano, calculados pela Tabela Price, e |
| correção monetária anual incidente sobre o saldo devedor, calculada com base na variação do IPC-FIPE, tomando-se |
| sempre por base a data prevista para pagamento do sinal. No caso de atraso no pagamento da parcela as |
| compradoras ficarão sujeitas ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro-rata-die", e multa |
| de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso. Desta forma, a OUTORGANTE VENDEDORA, mediante o preço |
| certo e ajustado de R\$(((), superior/igual ao apurado em laudo de avaliação, no |
| bojo do Processo SGGD SEI nº 018.00001190/2025-96, por conta do qual confessa e declara haver recebido do |
| OUTORGADO COMPRADOR o valor de R\$ (), na data de, através de |
| depósito efetuado no Banco do Brasil S/A Agência nº 1897-X, conta corrente nº 20.996-1, em nome da Secretaria de |
| Gestão e Governo Digital, CNPJ nº 39.467.292/0001-02, do que dá quitação, sendo os restantes R\$ |
| ((|
| na melhor forma de direito, vende, como de fato vendido têm, às mesmas outorgadas |
| compradoraso imóvel supra descrito, transferindo-lhes desta data em diante, toda posse, domínio, |
| direitos e ação que viesse exercendo sobre o mesmo, obrigando-se por si, herdeiros ou sucessores, a fazer a |
| presente sempre boa, firme e valiosa; IV - A presente venda é efetuada "ad corpus", nos termos do disposto no artigo |
| 500, § 3º, do Código Civil Brasileiro, e fica expressamente pactuado que a Outorgante-Vendedora não responde pela |
| evicção. PELO OUTORGADO COMPRADOR, me foi dito que: a) aceitam a presente escritura em todos os seus |
| expressos termos; b) fica dispensada a apresentação de certidões a respeito de ações judiciais, prevista na Lei nº |
| 7433/85 e Decreto nº 93.240/86; c) recebe nesta data a posse do imóvel, e declara ter conhecimento de sua situação |
| jurídica e estado material, inclusive quanto a eventuais ocupações, autorizadas ou não, nada tendo a reclamar, |
| cabendo ao comprador promover ou prosseguir nas ações possessórias ou demais medidas judiciais competentes; |
| |
| |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |
| providenciar, às suas expensas, as regularizações registrais eventualmente necessárias, inclusive desmembramento, averbação de edificações ou de outras benfeitorias acaso ainda não averbadas, retificações de cadastro municipal, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas pertinentes à transferência da propriedade do imóvel, especialmente as relativas a presente escritura, ao ITBI, à expedição de traslados e certidões, bem como a eventuais aditivos, rerratificações, custas, emolumentos e quaisquer tributos; d) declara que todos os ônus, de qualquer natureza, incidentes sobre o imóvel serão de sua inteira responsabilidade; e, e) agora, na qualidade de "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", confessa e declara dever à outorgante vendedora, daqui em diante chamada "CREDORA HIPOTECÁRIA", por esta mesma escritura e melhor forma de direito, a quantia de R\$ |

"DEVEDOR HIPOTECÁRIO" ficará sujeito ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die" e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso; -4- se a mora ultrapassar 90 (noventa) dias corridos, considerar-se-á caracterizada a inadimplência do "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" e imediatamente exigível, pela via judicial competente, multa de 10% (dez por cento) sobre o montante total devido, independente de interpelação, perdendo o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" 30% (trinta por cento) de todos os pagamentos efetuados. Adicionalmente, haverá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis", até a data do efetivo pagamento, mais correção monetária a ser calculada mensalmente pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua eventual extinção, por outro indexador indicado pelo Estado de São Paulo dentre os índices praticados no mercado; -5- o recibo de pagamento da última prestação vencida não presume quitação da anterior. Havendo mais de uma parcela em atraso somente será permitida a purga da mora caso ocorra, simultaneamente, o pagamento de todos os encargos em atraso, salvo deliberação da "CREDORA HIPOTECÁRIA"; -6- todos os pagamentos, inclusive o último, que será feito contra a assinatura do instrumento de quitação, como consta acima, deverão ser feitos em seus respectivos vencimentos, mediante depósito na conta corrente mencionada no item III, devendo o comprovante ser encaminhado à Secretaria de Gestão e Governo Digital, que se responsabiliza a comunicar o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" caso haja alteração nos dados bancários. Este contrato hipotecário reger-se-á mediante as cláusulas e condições seguintes: - PRIMEIRA: - Em garantia do pagamento da dívida ora confessada e demais encargos dela decorrentes, o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" por esta mesma escritura e na melhor forma de direito, dá à "CREDORA HIPOTECÁRIA", como de fato dado tem, em primeira, única e especial hipoteca, o imóvel adquirido por esta mesma escritura, a qual abrange todas as acessões, benfeitorias, melhoramentos, construções e instalações que lhe forem acrescidas e vigorará pelo prazo necessário ao integral cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais vinculadas ao presente negócio; - SEGUNDA: - Todos os impostos, taxas e contribuições fiscais, atinentes ao imóvel negociado são de responsabilidade exclusiva do "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", ficando reservado à "CREDORA HIPOTECÁRIA" o direito de, a qualquer tempo exigir comprovantes de pagamentos dos referidos encargos fiscais e/ou tributários, ou quaisquer outras contribuições relativas ao imóvel dado em garantia; - TERCEIRA: - Considerar-se-á vencida e exigível a dívida ora confessada, com todos os seus acessórios, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, por quaisquer dos motivos previstos em lei ou nos seguintes casos: - a - se o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" alienar ou prometer alienar, por qualquer título, o imóvel hipotecado; - b - constituição de qualquer gravame ou garantia sobre o imóvel, sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da "CREDORA HIPOTECÁRIA"; -c- se o imóvel dado em garantia hipotecária vier a sofrer qualquer ato de constrição judicial ou decretada qualquer medida judicial ou administrativa que, de algum modo o afete no todo ou em parte; - d - ação ou execução, contra o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", que venha atingir ou deteriorar a garantia dada; e, - e - na hipótese de se atrasar o pagamento por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, perdendo o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" 30% (trinta por cento) de todos os pagamentos efetuados. - QUARTA: - Este contrato deverá ser respeitado e cumprido pelos contratantes, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título, ficando eleito como seu foro, o da comarca desta Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Havendo necessidade de procedimento judicial para o cumprimento deste ajuste, a parte considerada culpada arcará com todas as despesas que o processo ocasionar, inclusive custas, honorários de advogados e demais despesas legais, além da multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa; - QUINTA: - o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" fica obrigado a manter o imóvel hipotecado em perfeito estado de conservação, segurança e habitabilidade, bem como a fazer às suas custas as obras e reparos necessários ou solicitados pela "CREDORA HIPOTECÁRIA" para preservação da garantia, vedado, entretanto, a realização de obras de demolição, alteração ou acréscimo, sem prévio e expresso consentimento da "CREDORA HIPOTECÁRIA". Para constatação do exato cumprimento desta cláusula, fica assegurada à "CREDORA HIPOTECÁRIA" a faculdade de, em qualquer tempo, vistoriar o imóvel. - SEXTA: - o -"DEVEDOR HIPOTECÁRIO" assume a obrigação de comunicar à "CREDORA HIPOTECÁRIA" eventuais impugnações feitas ao presente contrato, bem como quaisquer ocorrências que possam, direta ou indiretamente, afetar o imóvel dado em garantia, notadamente a mudança de sua numeração ou identificação, durante a vigência do presente instrumento; - SÉTIMA: - sob as penalidades legalmente aplicáveis, bem como sob pena do vencimento antecipado da dívida, o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO", em caso de locação do imóvel objeto da garantia ora constituída, se obriga a incluir em eventual contrato de locação que vier a celebrar, cláusula expressa em que o locatário tenha ciência inequívoca das condições acima elencadas; - OITAVA: - no caso de desapropriação do imóvel dado em garantia, a "CREDORA HIPOTECÁRIA" receberá do poder expropriante a indenização correspondente, imputando-a na solução da dívida e liberando o saldo que sobejar, se houver, ao "DEVEDOR HIPOTECÁRIO". Se a indenização de que trata o "caput" desta cláusula for inferior ao saldo da dívida, o "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" suportará a diferença apurada, sob pena de cobrança judicial da importância remanescente; - NONA: - é assegurada ao "DEVEDOR HIPOTECÁRIO" em dia com suas obrigações a realização de amortizações extraordinárias para redução do valor e/ou prazo da dívida, hipótese em que os juros proporcionais serão expurgados do saldo devedor remanescente, devendo o cálculo para tanto ser apresentado previamente à Secretaria de Gestão e Governo Digital,

| que por sua vez deverá se manifestar por escrito, com relação ao cálculo, no prazo máximo de 07 (sete) dias; - |
|--|
| DÉCIMA : – o " DEVEDOR HIPOTECÁRIO ", sob responsabilidade civil e penal, declara que não há contra ele nenhum |
| feito ajuizado, por ações reais ou pessoais, que envolva o imóvel objetivado, e que não está vinculado pessoalmente |
| como empregador ao INSS, não estando, portanto, incurso nas restrições da Lei Previdenciária. PELOS |
| CONTRATANTES, me foi dito mais, que autorizam todos os registros e averbações que se fizerem necessários à |
| perfeita regularização da presente no Cartório de Registro de Imóveis competente; Que a presente escritura de venda |
| e compra com pacto adjeto de hipoteca tem caráter irretratável e irrevogável, vedado o arrependimento, obrigando as |
| partes, herdeiros e outros sucessores; Que esta escritura está vinculada às disposições e obrigações contidas no |
| Edital de Leilão Público SGGD/GS CPE nº 004/2024 (Republicação), Processo SGGD SEI nº 018.00001190/2025- |
| 96, realizado na Secretaria de Gestão e Governo Digital, na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, com as atualizações |
| posteriores, bem como demais normas incidentes na espécie. E, de como assim o disseram, dou fé. A pedido das |
| partes e mediante a apresentação dos documentos mencionados, inclusive a certidão referida no item IV, artigo 1º do |
| Dec. 93.420/86 que regulamentou a Lei nº 7.433/85, ou seja, certidão de matrícula atualizada expedida |
| peloCartório de Registro de Imóveis da Comarca de, que fica arquivada nestas notas, na |
| pastas,como documento de nº, lavrei a presente escritura que sendo feita, lida em voz alta e achada |
| conforme, a aceitaram, outorgaram e assinam. Do presente ato será emitida declaração sobre operação imobiliária, |
| conforme IN/SRF. O imposto de transmissão "inter-vivos" devido na presente foi recolhido nesta data, no Banco, |
| Agência, pela guia expedida pela Prefeitura do Município de São Paulo sob o nº. de transação, |
| autenticada mecanicamente sob o nº, do valor de R\$, da qual uma via fica arquivada nestas notas |
| sob o nº |
| Em test.º da verdade |
| |

ANEXO VI MODELOS DE PROCURAÇÃO

ANEXO VI.1 MINUTA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N ° 004/2024 PROCESSO SEI N ° 018.00001190/2025-96

| , inscrito no CPF/MF sob |
|--|
| nº (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado nomeia e |
| constitui seu bastante procurador:, inscrito no |
| CPF/MF sob nº, (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado, |
| ao qual confere os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de, em nome do outorgante, participar da |
| LICITAÇÃO – Republicação Leilão Público de Imóveis nº 004/2024, Processo SGGD SEI nº 018.00001190/2025- |
| 96, promovida pelo Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, leilão com o |
| critério de julgamento por "MAIOR LANCE", para venda do imóvel localizado na Rua Tangará, nº 70, Vila Mariana, do |
| distrito, município e comarca de São Paulo - SP, com expressos poderes para representá-lo na compra do imóvel por |
| meio da referida licitação, bem como poderes especiais para assinatura do instrumento de venda e compra, podendo |
| retirar editais, apresentar e retirar documentos exigidos na citada licitação, prestar declarações, firmar compromissos, |
| assinar proposta com oferta de preço, requerer, caucionar, retirar cauções, impugnar, apresentar recursos e fazer o |
| acompanhamento até final decisão, participar das sessões, renunciar ao direito de recorrer, enfim, praticar todos os |
| atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, em tudo que for relacionado com a referida |
| licitação. |

ANEXO VI.2

MINUTA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM GRUPO

REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N ° 004/2024 PROCESSO SEI N ° 018.00001190/2025-96

| (Outorgante 1), portador do RG nº, inscrito no CPF sob |
|---|
| nº, (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado, com 1/ de |
| parte ideal,, inscrito no CPF |
| sob nº, (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado, com 1/ de |
| parte ideal, nomeiam e constituem seu bastante procurador: portador do RG |
| nº, inscrito no CPF sob nº, (nacionalidade, estado civil e profissão), domiciliado |
| , ao qual conferem os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de, em nome dos |
| outorgantes, participar da LICITAÇÃO – Republicação Leilão Público de Imóveis nº 004/2024, Processo SGGD |
| SEI nº 018.00001190/2025-96, promovida pelo Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Gestão e |
| Governo Digital, leilão com o critério de julgamento por "MAIOR LANCE", para venda do imóvel localizado na Rua |
| Tangará, nº 70, Vila Mariana, do distrito, município e comarca de São Paulo - SP, com expressos poderes para |
| representá-los na compra do imóvel por meio da referida licitação, bem como poderes especiais para assinatura do |
| instrumento de venda e compra, podendo retirar editais, apresentar e retirar documentos exigidos na referida licitação, |
| prestar declarações, firmar compromissos, assinar proposta com oferta de preço, por cujo pagamento se declaram |
| solidariamente responsáveis, requerer, caucionar, retirar cauções, impugnar, apresentar recursos e fazer o |
| acompanhamento até final decisão, participar das sessões, renunciar ao direito de recorrer, enfim, praticar todos os |
| atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, em tudo que for relacionado com a referida |
| licitação. |
| |
| |
| |
| ANEXO VII |
| ANEXO VII TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL |
| |
| |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N º 004/2024 |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N º 004/2024 |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N º 004/2024 PROCESSO SEI N º 018.00001190/2025-96 |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N ° 004/2024 PROCESSO SEI N ° 018.00001190/2025-96 Declaro(amos) para todos os fins de direito que (nome(s) do(s)proponente(s)), (CPF / CNPJ n.° |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N º 004/2024 PROCESSO SEI N º 018.00001190/2025-96 Declaro(amos) para todos os fins de direito que (nome(s) do(s)proponente(s)), (CPF / CNPJ n.º)tem ciência expressa da localização, descrição, características, dimensão e estado físico, em especial de conservação, do imóvel em referência, objeto da licitação em epígrafe, bem como de suas condições jurídicas e registrarias, tendo, inclusive, analisado sua documentação imobiliária, responsabilizando-se por toda e qualquer |
| TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E JURÍDICAS DO IMÓVEL REPULICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS N º 004/2024 PROCESSO SEI N º 018.00001190/2025-96 Declaro(amos) para todos os fins de direito que (nome(s) do(s)proponente(s)), (CPF / CNPJ n.º)tem ciência expressa da localização, descrição, características, dimensão e estado físico, em especial de conservação, do imóvel em referência, objeto da licitação em epígrafe, bem como de suas condições jurídicas e registrarias, tendo, inclusive, analisado sua documentação imobiliária, responsabilizando-se por toda e qualquer |

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Danielle dos Reis Queiroga**, **Coordenadora**, em 29/01/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 0054395925 e o código CRC 14CE7C32.